

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

VIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA – GRUPO IV

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Explique, fundamentadamente, o cabimento, ou não, da penhora, em execução fiscal estadual que recaia sobre bem imóvel transferido em enfiteuse a pessoa particular por outro ente político (União ou Município). (Vale: 1,0 ponto)
2. O Tribunal de Justiça local denega parcial seguimento a recurso extraordinário em que você atua como Procurador do Estado. Em relação à decisão em comento, quais as providências devem ser adotadas? Explique e fundamente sua resposta. (Vale: 1,0 ponto)
3. Pergunta-se:
 - a) num processo em que é parte o Estado de Mato Grosso do sul, na Justiça comum, a intimação deste para arrolar testemunhas em ação de conhecimento foi realizada no dia de janeiro de 2004. Em qual dia do mês e da semana vence o prazo para cumprimento? Fundamente sua resposta. Vide calendário ao final da prova. Registra-se, para estes fins, que todos os dias, de segunda a sexta-feira, do mês de fevereiro de 2004, são úteis, sem qualquer feriado. (Vale: 0,25 ponto)
 - b) tratando-se de citação do Estado, ocorrida em janeiro de 2004, a sistemática de contagem do prazo será a mesma utilizada para a intimação? Justifique. (Vale 0,25 ponto)
 - c) o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul sanciona lei que, publicada, entra em vigor. Várias pessoas, físicas e jurídicas, impetram mandado de segurança em que apontam este como autoridade coatora, sob fundamento de que a lei sancionada viola direito líquido e certo dos impetrantes. O Desembargador relator denega a ordem. Os impetrantes interpõem recurso especial da decisão do relator. Você, como advogado dos impetrantes, interporia qual(is) recurso(s)? (Vale 0,5 ponto)
4. Aponte quais e dê argumentos de defesa para os chamados privilégios da Fazenda Pública inseridos no Estatuto Processual Civil. (Vale 1,0 ponto)
5. O que se entende por eficácia *rebus sic stantibus* da coisa julgada? Quais os mais significativos efeitos processuais da coisa julgada material? (Vale 1,0 ponto)
6. Disserte sobre o tema: processo como instrumento de realização da justiça. (Vale 1,0 ponto)
7. Discorra sobre o princípio do livre convencimento e sobre o princípio da correlação entre provimento e demanda. (Vale 1,0 ponto)

**DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO
TRABALHO**

8. Analise, objetivamente, o *ius variandi* frente às disposições do art. 468 da CLT. Existe previsão de sua ocorrência na legislação consolidada do trabalho? No caso do Estado efetuar contratação pelo regime da CLT, pode aplicá-lo? Explique fundamentadamente. (Vale 1,0 ponto)

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

9. O Estado contratou Sofia Maria, pelo prazo de 10 meses, para prestar serviços de digitadora em um posto de fiscalização estadual. No nono mês de trabalho, a contratada fica grávida e notifica o empregador sobre a gravidez e diz que, a partir de então, está amparada pelo art. 10, inciso II, alínea “b”, dos ADCT c/c o art. 7º, inciso XVIII, da CF. Nesta situação, a empregada adquire estabilidade no emprego? Responda fundamentadamente. (Vale 1,0 ponto)

10. O Estado, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social, contratou, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho e pelo prazo de 12 meses, Maria Jaquima para exercer a função de assistente de administração na sede do SINE do Município de Pantanópolis, local onde reside. No término do prazo contratual, a contratada, não se conformando com as verbas recebidas, ingressou, na data de 10 de dezembro de 2004, com ação trabalhista perante o juízo da Vara Cível da comarca de Pantanópolis, vez que no local não existe Vara do Trabalho, contra a mencionada Secretaria pleiteando o pagamento de aviso prévio e indenização de 40% relativa ao FGTS. O Coordenador do SINE daquela localidade foi notificado para comparecer à audiência no dia 16 de dezembro de 2004, às 14 horas, oportunidade em que deverá apresentar contestação. Considerando a hipótese acima, analise, fundamentadamente, os aspectos relativos à:

- a) competência *ratione loci* e *ratione materiae* do juízo;
- b) órgão jurisdicional competente para apreciação e julgamento do recurso em face da sentença prolatada pelo juiz e qual o recurso competente;
- c) legitimidade passiva;
- d) prazo para contestar e para recorrer;
- e) em caso de instalação de Vara do Trabalho no Município de Pantanópolis após o trânsito em julgado da decisão e antes do início do processo de execução, em qual órgão deve ser processada a execução de sentença do julgado. (Vale 1,0 ponto)

CALENDÁRIO

JANEIRO DE 2004						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qu	Sex	Sab
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

FEVEREIRO DE 2004						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qu	Sex	Sab
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29						